



EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM TEMPOS DE COVID-19: O CONTEXTO DO ESTADO DA BAHIA.

<https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/834>

FIELD EDUCATION AND DISTANCE EDUCATION IN COVID-19 TIMES: THE CONTEXT OF THE STATE OF BAHIA.

Antônio Domingos Moreira - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia <https://orcid.org/0000-0002-2856-1219>
Jamile de Souza Soares - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia <https://orcid.org/0000-0003-3732-5274>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos da Educação do Campo, com a implantação da Educação a Distância - EaD em tempos de Covid-19 no contexto do estado da Bahia. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa realizada a partir de um questionário pelo grupo GEPEMDECC - UESB com perguntas abertas e fechadas por 756 educadores da Educação Básica e Superior, no período de maio de 2020. Diante desta realidade sobre a pandemia da Covid-19, com a execução de aulas à distância pelos professores das escolas do campo, tentam aproximar as informações necessárias de modo que o aluno tenha o mínimo necessário de aprendizagem nesse contexto de desigualdades educacionais. Assim sendo, os resultados da pesquisa demonstraram que existem carências nos investimentos das políticas públicas da Educação do Campo, que é uma modalidade de ensino que precisa de um olhar especial. Nessa vertente, os dados mostraram as principais problemáticas reveladas pelos professores, a ausência de direitos básicos dos estudantes, principalmente, nesse período do novo Coronavírus, por meio de aulas remotas. Contudo, a pandemia da Covid-19 vivenciada no contexto do estado da Bahia, faz-se necessário o ensino remoto, porém, potencializa as injustiças sociais e a precarização do sistema educacional.

Palavras-chave: Educação do Campo, Educação à Distância, Covid-19, Desigualdades Educacionais.

ABSTRACT: This work aims to analyze the impacts of Field Education, with the implementation of Distance Education - Distance Education in Covid-19 times in the context of the state of Bahia. This is a qualitative and quantitative research carried out based on a questionnaire by the GEPEMDECC - UESB group with open and closed questions by 756 educators in Basic and College Education, in the period of May 2020. Faced with this reality about the pandemic of Covid-19, with the execution of distance classes by teachers from field schools, try to bring together the necessary information so that the student has the minimum necessary learning in this context of educational inequalities. Therefore, the results of the research demonstrated that there are shortcomings in the investments of public policies in Field Education, which is a teaching modality that needs a special look. In this regard, the data showed the main problems revealed by teachers, the lack of basic rights of students, especially in this period of the new Coronavirus, through remote classes. However, the Covid-19 pandemic experienced in the context of the state of Bahia, remote education is necessary, however, it enhances social injustices and the precariousness of the educational system.

Keywords: Field Education, Distance Education, Covid-19, Educational Inequalities.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa traz discussões sobre a Educação do Campo e a Educação à Distância – EaD, no estado da Bahia, com a chegada da pandemia sobre a Covid-19, imensos aos desafios para todos os setores no mundo. Na tentativa de reduzir a ampla disseminação do novo Coronavírus, medidas de distanciamento social têm sido adotadas pelos países, e ainda não se sabe exatamente quando deixarão de ser necessárias.

Seguindo os protocolos da Organização Mundial de Saúde - OMS, as secretarias de educação juntamente com o Ministério da Educação - MEC, no Brasil, usam medidas que desencadearam para o fechamento de escolas públicas e particulares, com interrupção de aulas presenciais. Já são 91% do total de alunos do mundo e mais de 95% da América Latina que estão temporariamente fora da escola devido a Covid-19. Para trazer algumas considerações sobre a Covid-19, importante frisar que o primeiro caso do novo Coronavírus, se deu a partir do alerta que o governo chinês fez com o surgimento desse vírus, que foi identificado no dia 31 de dezembro de 2019.

A doença respiratória chamada Covid-19, é causada pelo agente etiológico denominado SARS-CoV-2. Esta enfermidade surgiu inicialmente na China, em dezembro de 2019, rapidamente se espalhou pelo país e pelo mundo. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020) declarou a Covid-19 uma pandemia. Desde então, esse vírus, que recebeu o nome técnico de Covid-19, vem matando milhares de pessoas na China onde se iniciou e foi se espelhando por toda parte do planeta fazendo vítimas fatais.

Quanto ao Brasil, o vírus foi notificado pelo Ministério da Saúde, o primeiro caso da Covid-19 aconteceu no dia 26 de fevereiro de 2020. Mas veio tomar proporções na metade do mês de março para início de abril, e a partir daí o vírus foi propagando por vários estados brasileiros e às atenções das populações estão voltadas principalmente, para essa doença. Nos meses de abril, maio, junho, julho e agosto de 2020, alcançaram números gigantescos

de pessoas afetadas pelos covid-19. O Ministério da Saúde e as secretarias de saúde dos estados têm tomada algumas medidas de prevenção com alguns esforços, para conter o aumento de pessoas com o Coronavírus, mas os resultados não têm surtido efeitos positivos.

Sobre o Covid-19 é importante destacar que,

A Covid-19 é uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com Covid-19 cerca de 80 % podem ser assintomáticos e cerca de 20 % dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório)". (BRASIL, 2020).

Nessa análise, sobre a propagação do Coronavírus, e a paralisação das aulas presenciais, a modalidade de Educação do Campo foi adotada o sistema de Educação à Distância em tempos da Covid-19, e nessa investigação, foi feito um estudo sobre as normativas legais inferem teoricamente à percepção de pressupostos e fundamentos que regem esta modalidade.

Considerando que a prática pedagógica utilizada inicialmente por parte das redes educacionais é a disponibilidade de “flexibilização da oferta de aulas na modalidade a distância no sistema federal de ensino” e posterior autorização em “caráter da excepcionalidade a instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino” uso de tecnologias digitais, uma vez que “dispõe sobre a disposição de substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais pelos limites estabelecidos na legislação” (BRASIL; 2020).

Nessa vertente, a realização dessa pesquisa, foi através de levantamento bibliográfico sobre Educação do Campo e a implantação de Educação à Distância, correlacionando a um recorte da pesquisa em curso, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GPEMDECC) pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

(UESB), no mês de maio de 2020, no estado da Bahia.

Diante desse contexto, a Educação do Campo vem sofrendo com a nova formatação de educação remota, o presente esforço busca recorrer aos dados e evidências existentes para iluminar os desafios e limitações do ensino a distância e, também, às estratégias que são mais adequadas ao se optar por lançar mão dessa alternativa.

Nessa conjuntura, se caracterizou a partir de uma importante premissa: frente a um cenário sem precedentes e que tem exigido do poder público educacional, tomadas de decisões rápidas sobre questões inéditas e altamente complexas, produções analíticas ganham maior aderência e utilidade na medida em que reconhecem o momento de excepcionalidade. Nessa linha, busca-se evitar, por exemplo, uma leitura “fria” das pesquisas sobre ensino a distância, que, em geral, se concentram em comparar “aulas a distância” com “aulas presenciais” (enquanto, no cenário atual, a questão é, fundamentalmente, uma discussão entre “aulas a distância” e “não realização de aulas”).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para execução dessa pesquisa, adotamos a metodologia da pesquisa quali-quantitativa, pelos números e percentuais que serão apresentados e também no que trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Godoy (1995, p.58) explicita algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, o qual embasam também este trabalho: considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave.

Nessa perspectiva, aprofundamos a discussão a partir da pesquisa no campo educacional, sobre a modalidade de Educação do

Campo em consonância com a Educação à Distância no estado da Bahia em tempos da covid-19. A técnica para a coleta de dados foi a partir do questionário, onde Gil afirma que (1999, p.128), pode ser definido da seguinte maneira,

“Como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

O mesmo autor supracitado (p. 128/129) apresenta as seguintes vantagens do questionário sobre as demais técnicas de coleta de dados:

a) possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que o questionário pode ser enviado pelo correio;

b) implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige treinamento dos pesquisadores;

c) garante o anonimato das respostas;

d) permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente;

e) não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado

Na coleta de dados, seguindo essa linha de pensamento, as análises de dados considerando que a “essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial ou apenas sob ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças a seu contrário”, considerando o fato que de “a essência se manifesta no fenômeno”. (KOSIK, 1997, p.11). Realizamos uma discussão para aprofundarmos a pesquisa do campo educacional a Educação do Campo e a Educação à Distância em tempos de Covid-19, no estado da Bahia e as desigualdades que essa educação remota tem permitido aos educadores e educandos em tempos de pandemia.

Assim sendo, importante informar que o projeto da pesquisa foi submetido ao comitê de

ética e aprovada para que pudéssemos fazer às análises de discussões. Nessa perspectiva, foi realizado um recorte do questionário em curso das categorias, no período do mês de maio do ano de 2020, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, intitulada “Educação do Campo e Educação e à Distância em tempos de covid-19 no estado da Bahia”.

Nas análises e coleta de dados, teve como aspectos fundamentais analisar a Educação do Campo e Educação e à Distância em tempos de covid-19, no estado da Bahia”. A pesquisa centralizou por um questionário com 756 educadores da Educação Básica e Superior, sendo 152 docentes do sexo masculino, 599 docentes do sexo feminino, 02 docentes preferiram não informar o sexo e 03 não justificaram.

O questionário foi composto de perguntas abertas e fechadas, relacionadas para sistematização dos dados analisados, em categorias correlacionando como as desigualdades educacionais nas escolas do campo. A implantação do ensino emergencial de forma remota, as secretarias de educação têm abordado a necessidade de atividades online e via redes sociais, sem se falar das atividades impressas para alunos que não tem acesso à internet ou sem condições de comprar um celular ou computador. Como dito inicialmente, o questionário pode buscar resposta a diversos aspectos da realidade desses sujeitos que estudam nas escolas do campo. As perguntas levantadas, assim, poderão ter questionamentos com afirma Gil (1999, p.132), “conteúdo sobre fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros”.

EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE COVID-19

Refletir sobre a Educação do Campo, requer analisar seus interesses, sua gênese e compreendê-la enquanto campo de disputa, entre modelos distintos de sociedade. Para tal, é preciso ser fiel aos

seus objetivos de origem, e “nos exige um olhar de totalidade, em perspectiva, com uma preocupação metodológica, sobre como interpretá-la, combinada a uma preocupação política, de balanço do percurso e de compreensão das tendências de futuro para poder atuar sobre elas.” (CALDART, 2009, p. 36).

No cenário brasileiro atual, mais especificamente no campo, predominam as contradições entre campesinato e agronegócio, o primeiro constituído por pequenos produtores e agricultores, e o agronegócio pelos latifundiários, grandes proprietários de terras. Essa contradição é reflexo da luta de classes, por um lado a produção para subsistência, do outro o mercado capitalista feroz que a todo custo busca por lucro. Os antagonismos de classe são fundamentais para a manutenção do sistema, como afirmam Marx e Engels (1999, p.7) “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes”.

Destarte, no Brasil predominou o modelo educativo alicerçado no modelo de sociedade, onde a educação para população camponesa era pensada de acordo os interesses da zona rural. A chamada educação rural, destinada aos sujeitos do campo, valorizava a cidade em detrimento a zona rural, e não reconhece o campo como lugar de vida. Assim, tivemos na história diversos movimentos que buscavam educar o campo aos interesses do capital, como o Ruralismo Pedagógico, em de 1920, onde os camponeses deixavam o campo à procura de melhores condições de trabalho e vida, e assim superlotando as cidades, coincidentemente, é pensada e difundida escolas no meio rural (LEITE, 2002).

No que se refere a sua gênese, os primeiros debates acerca da qualidade da educação no campo foram realizados no “I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária” (ENERA), promovido pelo Movimento Sem Terra (MST), com apoio da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Universidade de Brasília

(UnB), em 1997. Posteriormente, na Intitulada “I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo”, realizada em Luziânia/GO, conferencistas elaboraram propostas de políticas públicas para Educação do Campo no Brasil (FERREIRA; BRANDÃO, 2011).

Nesse contexto, onde os movimentos sociais organizados, ao defenderem uma proposta educativa para o campo diferente da existente, que respeitasse e valorizasse os camponeses, surge a Educação do Campo,

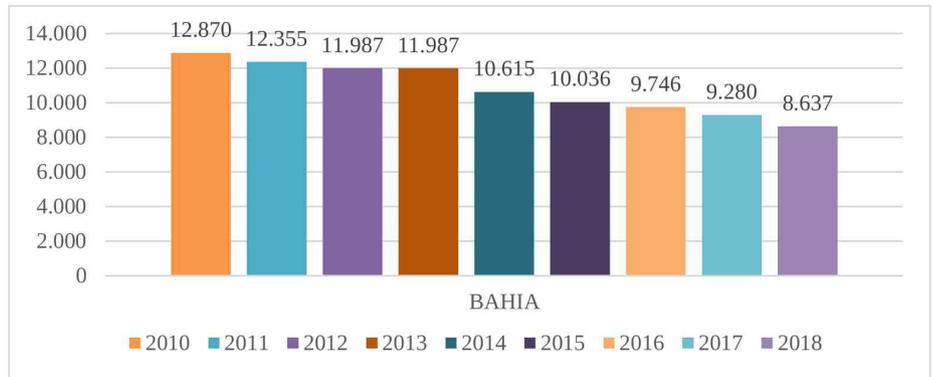
A Educação do Campo toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona a perspectiva da universalidade, mas disputa sua inclusão nela. [...] a Educação do Campo tem se centrado na escola e luta para que a concepção de educação que oriente suas práticas se descentre da escola, não fique refém da sua lógica constitutiva, exatamente para poder ir bem além dela enquanto projeto educativo. [...] se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz crítica ao modo de conhecimento dominante [...] (CALDART, 2009, p.38).

Movimentos por estes anseios, a constatare luta dos movimentos sociais alguns marcos normativos foram conquistadas, como as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, (CNE/CEB nº 01/2002, CNE/CEB nº 2/2008). Também o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que consolida o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Posteriormente outros programas foram consolidados, como O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).

Contudo, o que garantido por lei nem sempre se efetiva na prática, e ainda predomina a negação de direitos a esses povos, como o fechamento de escolas na comunidade. No gráfico abaixo, que identifica a quantidade de escolas no campo, na Bahia, entre os anos de 2010 a 2018,

bem como demonstra a crescente diminuição de instituições ao longo dos anos, se constituindo assim um retrocesso para efetivação de direitos para esses povos.

Gráfico 1. Quantidade de escolas no campo no estado da Bahia, entre 2010-2018.



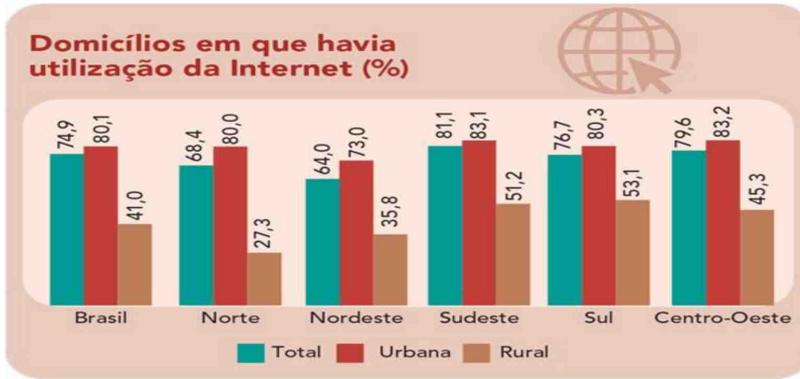
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do QEdU (2020).

As escolas do campo, na Bahia, ao longo dos anos vêm sendo fechadas, e os números assustam pela rapidez, entre 2010-2018, foram fechadas 4233 instituições. Logo, se torna evidente que esses estudantes devem agora se deslocar a cidade para ter acesso a escolarização, onde nem sempre seus modos de ser e de viver são respeitados. Além disso, em tempos de pandemia da Covid-19, esses estudantes ficam imersos ao ensino remoto, visto que, dentro dos diversos direitos que a eles são negados, além das escolas, estão também as tecnologias digitais.

Outrossim, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 2017, nos domicílios que não haviam acesso à internet entre as regiões do Brasil, os percentuais no campo são mais altos que na cidade, como mostra o gráfico 2.

Na região nordeste, mais especificamente, os dados revelam que o acesso à internet na zona rural é limitado, com mais de 70% dos domicílios, sem utilização dos meios digitais. Logo, os estudantes do campo, além de não terem acesso à escola na comunidade, também não tem acesso aos canais digitais. Assim, a partir do cenário apontado pelo gráfico, cabe então indagar: como estes sujeitos que residem no campo terão acesso à

Gráfico 2: Utilização de internet por regiões no Brasil, em 2017.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Educação à Distância - EaD? Em que medida o ensino remoto não acentua ainda mais a negação de direitos desses povos?

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A COVID-19

Sobre a paralisação das aulas presenciais e a implantação do ensino a distância na educação no Brasil, nas modalidades de Educação Básica e Superior, nas prerrogativas do Ministério da Educação, onde este estabeleceu a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus – (Covid-19) onde, esclarece no seu artigo 1º que o período de autorização é de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.

Ainda nas orientações do Ministério da Educação, destaca que é de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização (MEC, 2020).

A Educação à Distância, ganhou protagonismo em um momento de crise, não há dúvidas. Para a especialista em educação, Renata Costa, professora de tecnologia do centro universitário Brazcubas, “podemos ressignificar

esse período construindo novas perspectivas para a educação brasileira”. No último ano, 1,5 milhão de alunos participaram de cursos superior no formato EAD no Brasil, de acordo com o censo da ABED, a Associação Brasileira de Educação à Distância. Esse número será alarmante em 2020, considerando o cenário atual.

Nessa análise conjuntural implantada no sistema educacional, a justificativa insere-se no papel do professor/tutor, que planeja e propõe aos alunos as situações didáticas em torno de um saber a ser apropriado e discutido pelos mesmos, estabelecendo uma relação em torno do conteúdo de um saber. O ambiente virtual de aprendizagem, proporciona ao docente elaborar uma situação de ensino, mediada pelos dispositivos tecnológicos. Essa nova forma de ensinar com recursos didáticos informáticos requer uma preparação e um planejamento da atividade que oportunize momentos de aprendizagem ativa que tenham significado tanto para o aluno quanto para o professor (Camacho et al, 2020).

Na execução da docência na EaD, a experiência do ensino presencial deve ser considerada na construção de saberes para o ensino não presencial. Por sua vez, o uso pedagógico das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDIC), desenvolvido no ensino a distância, poderá ajudar na inserção mais efetiva desses recursos no ensino presencial. Assim, à docência presencial e à docência online na modalidade a distância, não devem ser vistas como antagônicas, mas como formas de ensinar com características próprias e que, nas suas diferenças, podem contribuir uma com a melhoria da outra (Carmo & Franco, 2019).

A Educação à Distância, tem ocupado espaços nos últimos meses nas suas plataformas virtuais pela crise sanitária instalada. Para Campos (2007), destaca que o professor/tutor deve desenvolver competências como o uso de ferramentas de interação, a disponibilidade da

Internet e um ambiente de aprendizagem que dê conta das atividades propostas; possuir um senso crítico e reflexivo sobre sua atuação, ou seja, fazer auto avaliações e atualizar-se constantemente; organização, não apenas para administrar as discussões e ajudar na construção do conhecimento dos alunos, mas também para orientar e viabilizar as atividades.

Após a propagação da Covid-19 por todo o planeta, cabe fazer algumas considerações relevantes sobre o sistema de ensino implantado: é necessário que as instituições de ensino e seus alunos tenham preparo, condições pedagógicas, humanas e tecnológicas. Conforme a Portaria n° 2.117, de 6 de Dezembro de 2019, esta impõe limites para a apresentação da oferta desta modalidade de ensino, tais como: deve estar previsto nos Projetos Políticos Pedagógicos - PPPs dos Cursos, estar condicionada às diretrizes curriculares nacionais e estar limitado à 40% da carga horária do curso.

Com todas essas mudanças que vem ocorrendo nesse ano de 2020, operacionalizar e contribuir positivamente para o sucesso acadêmico dos estudantes, a oferta de disciplinas em EaD requer planejamento, organização, disponibilidade tecnológica para atender as demandas e capacitação dos docentes. E claro, que também devem ser de visibilidade as necessidades do aluno em termos de preparo para lidar com tecnologias da informação e comunicação e, principalmente atentar para os alunos em situação de vulnerabilidade social que não dispõem de todos os recursos para acesso aos conteúdos ministrados na modalidade EaD.

Sobre essa questão da Educação à Distância no Brasil, informações coletadas pela Cetic (2019a), o acesso à internet nos domicílios chega a 67% na rede, sendo esse percentual muito diferente entre classes sociais: 99% para aqueles da classe A, 94% na B, 76% na C e 40% na D. Para os

domicílios que não têm atualmente acesso à internet, o motivo mais apontado como o principal pelo não acesso é o alto custo (27%), seguido do fato de os moradores não saberem usar a internet (18%). Dados como esses indicam a necessidade de se flexibilizar a disponibilização de internet às comunidades mais vulneráveis enquanto a situação de distanciamento social se fizer necessária, para tentar elevar o acesso de estudantes à rede e buscar reduzir potenciais efeitos na desigualdade educacional.



Fonte: Cetic (2019a). Elaboração: Todos Pela Educação.

Nesses dados levantados pela Cetic (2019), considerar que o dispositivo mais utilizado para acesso à internet pelos brasileiros é o telefone celular, que já está presente em 93% dos domicílios (100% na classe A e 84% na classe D/E). Computadores, por outro lado, estão em 42% dos domicílios (sendo 47% na classe C e 9% na D/E). Isso indica um importante sinal aos sistemas educacionais, de modo que a escolha de soluções tecnológicas deve ser feita considerando conteúdos que se adaptem aos equipamentos disponíveis e, é claro, à baixa qualidade da conectividade em diversas regiões do Brasil.

Nessas análises, são consideradas, as disparidades no acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos, que mostram as diferenças já existentes nos níveis de aprendizado dos alunos. As estratégias do poder público, devem lançar mão de ações que intencionalmente busquem reduzir, ao máximo, o risco de ampliação das desigualdades educacionais.

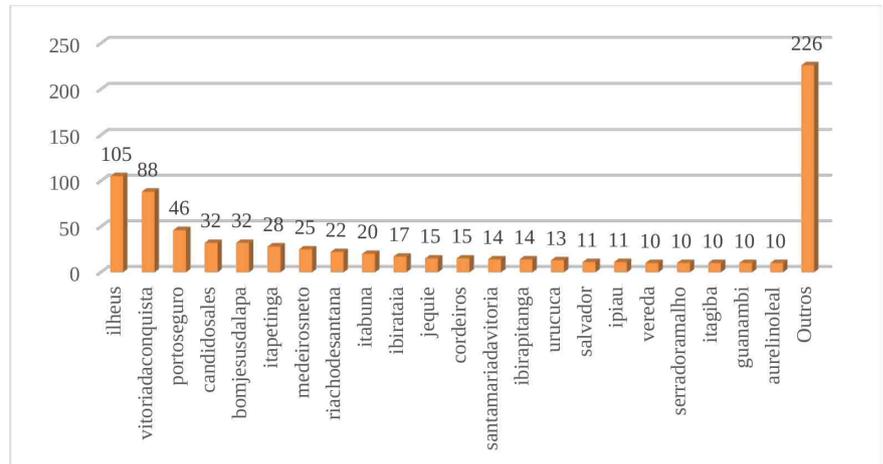
Esse novo formato de aprendizagem EaD, gera comunidades de investigação, exclui muitas classes sociais do processo de ensino e aprendizagem, seja na partilha de dúvidas, no fortalecimento de pautas coletivas. Enfim, não permitem a construção colaborativa de conhecimentos, que nos parece válido problematizar, com vistas à aquisição contextualizada e mobilizadora de benefícios formativos, profissionais e sociais (Habowski et al, 2020).

TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Com o objetivo analisar os impactos da Educação do Campo com a implantação da Educação à Distância, em tempos da Covid-19, no estado da Bahia, foram utilizados os questionários realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade - GEPEMDECC, que pertence a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. A pesquisa, que compreende o questionário, com a seguinte temática: “Os Impactos das tecnologias educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares nos municípios localizados no estado da Bahia”. Portanto, nesse estudo foi realizado um recorte do questionário produzido pela pesquisa, evidenciando os dados que correspondem a modalidade de Educação do Campo.

Destarte, o questionário contendo questões abertas e fechadas, foi respondido por 756 profissionais da educação, sendo 79.23% do sexo feminino. Cerca de 97.22% dos sujeitos, ou seja 735, são do estado da Bahia, tendo também Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, que juntos somam menos que 2,78% do total. Desse modo, os dados são em sua maioria, referentes aos profissionais da educação que atuam na Bahia. Ademais, os municípios do estado que foram abrangidos com o estudo são apontados no gráfico.

Gráfico 3: Distribuição do questionário por cidade na Bahia-BA



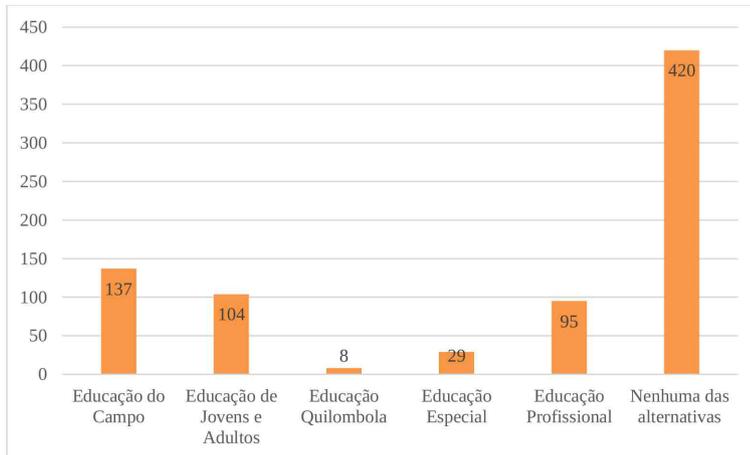
Fonte: GEPEMDECC, 2020.

Portanto, os municípios em que foram recebidos maior quantidade de questionários são: Ilhéus (105), Vitória da Conquista (88), Porto Seguro (46), Candido Sales (32), Bom Jesus da Lapa (32), seguidas de outras cidades, compreendendo um total de 22 municípios na Bahia. Além disso, no que se refere ao perfil desses profissionais da educação e suas condições de trabalho docente em tempos da Covid-19, o questionário revelou que 75.93% continuam tendo sua remuneração paga totalmente, enquanto 16.40% estão recebendo apenas de forma parcial e 7.67% afirmaram que sua remuneração não está sendo paga, o que se explica devido a 29,63%, terem contratos como regime de trabalho nas prefeituras.

No que se refere a área de atuação a maioria dos profissionais da educação que responderam ao questionário, cerca de 70.90%, afirmam atuar na educação pública municipal. Acerca da localização das escolas em que os sujeitos atuam, 73.15% estão na zona urbana e 26.85%, o que corresponde a 203 professores, na zona rural. Porém, ao serem questionados em que modalidade de educação atuam, apenas 18.77% marcaram a modalidade de educação campo, ou seja, 137 sujeitos, como mostra o gráfico abaixo.

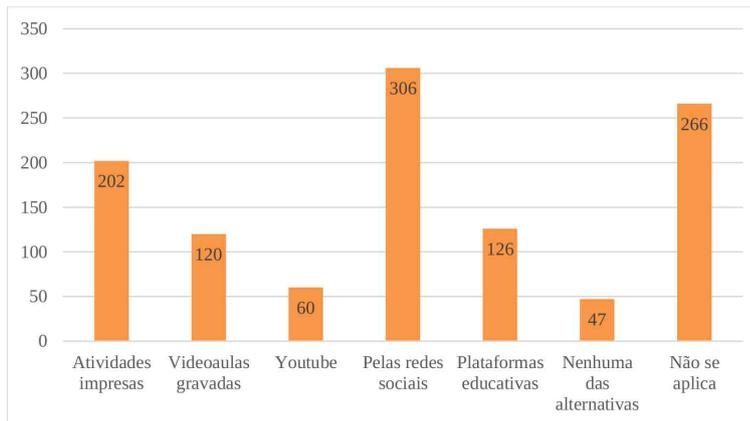
A modalidade de Educação do Campo, foi a mais abrangida nas respostas dos questionários, com 137 professores, seguida pela Educação de

Gráfico 4: Distribuição dos profissionais da educação por modalidade de ensino, a partir dos dados do questionário.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do GEPEMDECC, 2020.

Gráfico 5: Relação do meio pelo qual as atividades estão sendo desenvolvidas no ensino remoto, sendo as respostas dos questionários da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do GEPEMDECC, 2020.

Jovens e Adultos - EJA, com 104, dentre outros. Estes profissionais ao serem questionados sobre a adoção do novo modelo emergencial - ensino remoto, como alternativa de suspensão as aulas presenciais nas instituições que atuam, 41,30% afirmaram que sim, foi implantado, enquanto 27,71% apontaram que parcialmente, e 35,9% responderam que não. Assim, incluindo os que assumiram parcialmente, o ensino emergencial de forma remota e os que o adotaram por completo, somam um total de 69,01% dos sujeitos da pesquisa.

O fenômeno estruturante das escolas voltadas para os povos do campo, atribui diversos significados que devem contrapor para problematização da realidade de acordo as nuances

analizadas e que devem ser verificados de acordo com as pesquisas sobre as políticas públicas para a Educação do Campo, conforme asseveram Santos e Nunes (2020), que existe mais investimento na cidade em detrimento do campo.

Nessa análise, por causa da Covid-19, as aulas no estado da Bahia, vêm acontecendo de forma remotas por diversas ferramentas, como redes sociais, plataformas educativas, vídeo aulas gravadas, dentre outras. Contudo, os profissionais da educação, em sua maioria, apontam as redes sócias como o meio pelo qual as atividades estão sendo desenvolvidas, demonstrado no gráfico 5.

Nesse cenário, as atividades estão acontecendo por meio de plataformas digitais, como acontece na EaD. Contudo, no caso apontado pelos sujeitos da pesquisa vem acontecendo com o auxílio das redes sociais. Cerca de 306 professores afirmaram que utilizam as redes sociais, como facebook, para disponibilizar as atividades aos alunos, 202 destacam o envio de atividades impressas aos estudantes. Desse modo, como apontado anteriormente, a Educação do Campo é a modalidade mais contemplada pelos sujeitos, cabe então refletir se os estudantes do campo têm acesso as redes sociais e as atividades impressas.

Ademais, os professores ao serem questionados se os alunos têm conseguido desenvolver as atividades propostas, apenas 26,06% salientam que os estudantes têm conseguido acompanhar o ensino a distância. Além disso, foram solicitados sobre quais as dificuldades são apontadas pelos discentes devido ao fato de não conseguem ter acesso as atividades, as respostas são evidenciadas no gráfico que segue.

Nas análises de Santos e Nunes (2020),

evidenciaram que muitos professores no Brasil têm dificuldade em acessar as ferramentas tecnológicas, pois não estudaram sobre isso na formação inicial, e tão pouco na formação continuada, o que evidencia uma falta de investimento dos entes federados em políticas públicas para a formação de professores, sobre tecnologias educacionais. Outro fator que merece ser analisado é o fato de muitos professores não terem condições de acesso digital, e também, os fatores econômicos para adquirir equipamentos eletrônicos.

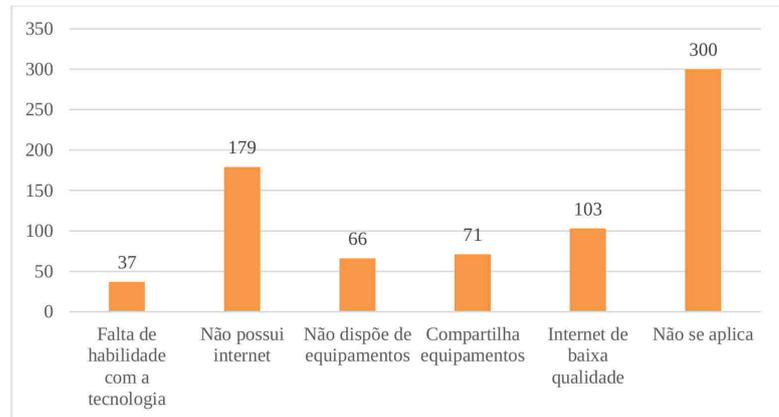
Com o advento da pandemia, escancarou-se as contradições e antecipar rapidamente processos que poderiam levar anos para o enfrentamento direto e cru. Aproveitando as brechas abertas pela pandemia, os grandes defensores da Educação à Distância e suas novas formas com nomes diferentes, tentam enfiar de goela abaixo as propostas de atividades, que tem sua materialização na venda dos grandes pacotes mercadológicos das Tecnologias da Informação e Comunicação TICs.

Para termos uma ideia o Brasil, era o quarto maior mercado de TICs no mundo, no ano de 2019 e segundo dados da International Data Corporation – IDC, é líder em inteligência de mercado, serviços de consultoria e eventos para os mercados de tecnologia da informação, telecomunicações e tecnologia de consumo.

O mercado brasileiro das TICs teve movimento financeiro de cerca de US\$169 bilhões ficando responsável por 5% dos negócios desse setor no mundo. Segundo Telebrasil (2018) “O mercado brasileiro da TIC, somou em 2017, R\$ 349,65 bilhões (com o dólar a R\$ 3,33), ou US\$ 105 bilhões, e retomou a sexta posição – ocupada pela França em 2016 –, de acordo com dados de pesquisa feita pela consultoria IDC, a pedido da ABES”. Como podemos observar o Brasil, saltou da 6ª posição em 2017 para 4ª posição mundial em 2019. As expectativas de crescimento desse setor no início de 2020 foram de 4,9% segundo IDC

Brasil. Ainda segundo IDC Brasil “O mercado brasileiro de TI deve seguir com alta de 5,8% por conta do crescimento do mercado de nuvem e da aceleração no mercado de software, o mercado de telecomunicações terá crescimento discreto de 0,7%, impulsionado pelos serviços de dados. No mercado corporativo, a TI crescerá 7,6% em 2020.

Gráfico 6: Dificuldades enfrentadas pelos estudantes para terem acesso ao ensino a distância, a partir das respostas dos professores



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do GEPEMDECC, 2020.

A maior dificuldade dos estudantes para o acesso as atividades, segundo os professores, é o fato de não possuir internet em casa, com cerca de 179 respostas. Posteriormente, a internet de baixa qualidade e o compartilhamento de equipamentos com outras pessoas, são problemáticas que permeiam o ensino a distância, no campo e na cidade. Contudo, como já salientado nesse estudo, segundo dados do IBGE, em 2017, os percentuais de acesso à internet no campo foram mais baixos que na cidade, logo, as desigualdades no acesso as atividades a distância se tornam ainda mais evidenciadas na zona rural.

Segundo a LDB no Art. 32 § 4º, “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (BRASIL, 1996). Desta forma, o ensino proposto por meio de mídias digitais em tempos da Covid-19, tem sido denominado de ensino remoto, cuja finalidade é de complementação, considerando o contexto e a disponibilização das mídias tecnológicas.

Desta forma, o ensino que acontece no formato remoto, sendo disponibilizada como principal meio para a tentativa de propagação de ensino pelas secretarias de educação dos municípios, adicionado a amplitude dos prejuízos que poderão ser evidenciados referentes à aprendizagem educacional em particular aos povos do campo, uma vez que desvela o índice deficitário ao acesso as mídias tecnológicas, para o acesso as atividades pedagógicas básicas e elementares.

Analisando esses pressupostos, as desigualdades do acesso dos estudantes do campo ao ensino remoto que vem acontecendo na atualidade, permeiam as falas dos profissionais da educação nas respostas abertas dos questionários. Trazemos como exemplo nesse período de pandemia da Covid-19, a fala do (a) Professor (a) 1 (2020): “Infelizmente, os alunos da zona rural não têm acesso à internet e uma grande parte dos alunos da zona urbana também não tem esse acesso”. Além disso, a dificuldade não é apenas no acesso as atividades virtuais, mas também as impressas, como aponta o (a) Professor (a) 2 “Como trabalho na escola no meio rural não vejo alternativas, salvo enviar atividades impressas, mas temos outro problema, quem vai entregar? Os alunos moram longe da escola”.

Nessa análise constada pelos professores em tempos da Covid-19 e as desigualdades educacionais, um sistema adotado do estado mínimo, numa discussão mais ampla é abordada por Mészáros:

No reino do capital, a educação é ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise, do sistema público de ensino, pressionando pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que uma a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro. (MÉSZÁROS; 2012, p.16)

Desse modo, a Educação do Campo em tempos da covid-19, se torna um grande desafio, devido as desigualdades sociais pré-existentes em nossa sociedade. O desafio não se configura

somente na forma de ensino, mas também nas problemáticas já existentes que impossibilitam os estudantes a terem acessos aos bens e serviços essenciais. Nesse sentido, cabe refletir “As medidas precisam ser adotadas diante da realidade de cada escola e as condições favorecidas pelo governo [...] como dar acesso ao ensino remoto a alunos que não tem?” (Professor (a) 3, 2020).

A fala do Professor (a) 3, mostra indignação com o sistema educacional adotado, sendo que a maioria dos alunos não têm acesso à internet e evidencia o descaso e a falta de sensibilidade por uma educação justa. A pandemia vivenciada no contexto que fez necessário o ensino remoto, potencializa as desigualdades na sociedade, desigualdades estas que são características essenciais do sistema capitalista vigente. Nesse sentido, afirma Mészáros (2008, p.12): “O capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente incorrigível”, logo, é impossível pensar uma sociedade justa, igualitária e democrática, dentro da lógica incorrigível do capital que vive justamente da desigualdade social e da exploração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa propôs refletir sobre a Educação do Campo e a Educação à Distância - EaD no estado da Bahia, com a chegada do novo Coronavírus - a Covid-19. Para tal, foi realizado um recorte do questionário, realizado em maio de 2020, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade – GEPEMDECC, que pertence a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Além disso, como método condutor da pesquisa, adotamos a partir da pesquisa qualitativa, no sentido que, quanto mais pesquisamos mais apropriamos do objeto de pesquisa, na perspectiva de números, detalhes, sentidos, melhor se torna a compreensão da experiência que foi compartilhada pelo sujeito.

Nesse contexto, iniciamos o debate acerca da Educação do Campo em tempos da Covid-19, pontuando qual a realidade das escolas no campo da

Bahia, posteriormente, destacamos o ensino a distância, trazendo alguns dados estatísticos e como este vem sendo utilizado na atualidade. Em seguida, apresentamos os dados colhidos através de questionários realizados com 756 profissionais da Educação Básica e Superior, em sua maioria, pertencentes ao estado da Bahia. Assim, os dados revelaram que as desigualdades sociais se tornam ainda mais evidenciadas em período do ensino emergencial de forma remota.

Outrossim, as principais problemáticas reveladas pelos professores, evidenciaram sobre o ensino a distância, e a falta de acesso dos estudantes as atividades, sejam virtuais ou impressas. Isso acontece devido à ausência de direitos básicos desses estudantes, principalmente, que estudam nas escolas do campo, os materiais e serviços necessários para o processo de ensino e aprendizagem. Portanto, esse estudo ao destacar essas questões, traz a importância do debate sobre a negação de direitos dos povos do campo e as tecnologias digitais. Além disso, é preciso ir mais fundo na problemática e indagar: como proporcionar um ensino remoto de qualidade se o modelo de sociedade capitalista que rege as relações sociais, se sustenta na ausência de direitos e nos antagonismos de classe?

Nesse sentido, às análises aqui apresentadas nesse período da Covid-19, no sistema educacional do estado da Bahia, o modelo de Educação do Campo transpôs os muros da escola, uma vez que, deve priorizar o aspecto pedagógico do campo e o respeito às diversidades dos camponeses, vinculando às questões inerentes em sua realidade, pensando as relações em suas dinâmicas históricas e, prioritariamente, em suas singularidades culturais.

Para isso, fez-se necessário fazer reflexões sobre as singularidades e seus fatores determinantes a partir das realidades evidenciadas, que devem ser pensadas para um posicionamento que minimize as desigualdades educacionais com a Educação à Distância. Pois, a priori torna-se inviável a possibilidade de estabelecer “vínculos” com sujeitos que inicialmente, não dispõem de acesso às

tecnologias digitais, adicionando a isto a necessidade de condições estruturais que influenciam na garantia da Educação do Campo.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei nº 9.394/de 20 de Dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23/07/2020 às 17h55
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13200-resolucao-ceb-2002>. Acesso em: 20/07/2020.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mais-educacao/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12759-resolucoes-ceb-2008>. Acesso em: 15/07/2020.
- BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 12/02/2020.
- CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *Trab. Educ. saúde*, Rio de Janeiro, v.7 nº1, p 35-64, mar/jun. 2009.
- Camacho, A. C. L. F., Joaquim, F. L., & Menezes, H. F. (2020). Possibilidades para o design didático em disciplinas online na saúde. *Research, Society and Development*, 9(4), e111942907.
- Campos, G. H. B., Roque, G. O. B., Amaral, S. B. (2007). *Dialética da Educação a Distância*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Carmo, R. O. S., & Franco, A. P. (2019). Da docência presencial à docência online:

- aprendizagens de professores universitários na educação a distância. *Educação em Revista*, 35, e210399.
- Cetic (2019a). Pesquisa TIC Domicílios 2019. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Acesso em: 17/07/2020.
- CEE- Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE N.º 37 de 18 de maio de 2020. Dispõe sobre as Normas Complementares à Resolução CEE N.º 27 de 25 de março de 2020. Disponível em: http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/Resolucao_37_2020_NORMAS_COMPLEMENTARES_revisada_CDE_mesclado.pdf. Acesso em 20/07/2020
- FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. *Revista Eletrônica de Educação*. Ano V. No. 09, jul./dez. 2011.
- GEPEMDECC-Grupo de estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB/Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem. Os Impactos das tecnologias Educacionais por meio do ensino remoto nas atividades escolares nos municípios localizados no Estado da Bahia no Contexto da pandemia de Covid-19. Vitória da Conquista-BA. Maio, 2020
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995
- Habowski, A. C., Conte, E., & Jacobi, D. F. (2020). Interloções e discursos de legitimação em EAD. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação*. 28(106).
- LEITE, Sérgio Celani. *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. 2 ed. São Paulo, Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v.70).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Fonte digital: RocketEdition de 1999.
- MÉSZÁROS, István. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008. 2º ed.
- MÉSZÁROS, István. *A Educação para além do capital*. 2. Ed.-São Paulo: Boitempo, 2012.
- Ministério da Educação (2020). Parecer CNE/CEB nº 19/2009, em virtude da pandemia do COVID-19. MEC, Recuperado em 22 de Março, 2020, https://abmes.org.br/arquivos/documentos/resposta_oficiocne13032020.pdf
- Ministério da Educação (2020). Portaria nº 343, de 17 de Março de 2020 que Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. MEC, Recuperado em 22 de Março, 2020, <https://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 12/07/2020.
- Ministério da Educação (2019). Portaria nº 2.117, de 6 de Dezembro de 2019: Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EAD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. MEC, Recuperado em 22 de Março, 2020, <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 11/07/2020.
- Organização Mundial da Saúde (2020). Coronavirus disease 2019 (COVID-19): Situation Report –51. OMS, Recuperado em 22 de Março, 2020, https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57_10
- QEdU (2020). Matrículas e Infraestrutura. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/brasil/censoescolar?year=2018&dependence=0&localization=0&item=>>. Acesso em: 10/07/2020.
- SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. *Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro*. Editora Edufba: Salvador – Ba. 2020. (no prelo).
- Unicef (2020). Covid-19: Mais de 95% das crianças estão fora da escola na América Latina e no Caribe. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/covid-19-mais-de-95-por-cento-das-criancas-fora-da-escola-na-america-latina-e-caribe>. Acesso em 22/07/2020.